A MAGNANI S A AGRICULTURA E PECUARIA

CNPJ: 54.845.474/0001-63

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa foi constituída em **29/08/1966,** com seus atos constitutivos registrados na **JUNTA COMERCIAL** sob nº **35300018770**. A sociedade tem por objeto social **Cultivo de cana-de-açúcar**.

NOTA 02 – DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL – ITG 2000 (R1)

A escrituração contábil é baseada em todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa que comprovam os fatos que originam os lançamentos contábeis. A empresa mantém documentação contábil hábil, revestida de características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – ITG 2000 (R1)

A escrituração contábil da empresa observa os princípios de contabilidade e é alinhada às necessidades de informação de seus usuários, elaborada em idioma e moeda corrente nacionais, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, entrelinhas ou emendas e com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

A escrituração contábil contém o número de identificação dos lançamentos em ordem sequencial, data do registro, conta (s) devedora (s) e conta (s) credora (s), histórico que representa a essência econômica da transação e valor do registro.

NOTA 04 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*) e em observância ao pronunciamento CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, correlato à norma *The International Financial Reporting Standard For Small and Medium-sized Entities* (*IFRS for SMEs*).

O objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira (Balanço Patrimonial), o desempenho (demonstração de resultado) e os fluxos de caixa da entidade de modo que seja útil aos usuários para a tomada de decisões econômicas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em respeito aos requisitos qualitativos essenciais da informação financeira: relevância e fidedignidade, para que a informação seja capaz de influenciar os usuários no processo de tomada de decisão e seja representada de forma completa, neutra e livre de erros.

A apresentação das informações contidas nas demonstrações contábeis obedece a primazia da essência sobre a forma, onde os eventos e transações são contabilizados segundo sua essência e não meramente sob sua forma legal, aumentando a confiabilidade das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis contemplam o conjunto completo de demonstrações contábeis disposto no item 3.17 do CPC PME, as quais são elencadas abaixo:

a) Balanço patrimonial;
b) Demonstração do resultado do exercício;
c) Demonstração do resultado abrangente;
d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
e) Demonstração dos fluxos de caixa e;
f) Notas explicativas.

NOTA 04.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 04.1.1 – ATIVOS

Ativos – são recursos (bens e direitos) controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Principais políticas contábeis de reconhecimento, mensuração e classificação de Ativos:

Reconhecimento: A empresa reconhece um ativo no seu balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e que seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Mensuração: Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo histórico, que representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa dispendida para adquirir ou formar o ativo.

a) Mensuração de contas a receber (se aplicável): a empresa reconhece como contas a receber os valores das vendas a prazo acrescidos de juros (quando aplicável) e deduzidos dos recebimentos efetivados até a data da demonstração contábil.*
b) Mensuração de estoques (se aplicável): a empresa mensura os estoques pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor recuperável líquido, sendo o custo de aquisição representado pela somatória do preço de compra, tributos não recuperáveis e outros custos direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado.
c) Mensuração de ativos imobilizados e intangíveis: inicialmente a empresa mensura os ativos supracitados pelo custo histórico e posteriormente pelo custo amortizado deduzindo-se a depreciação e amortização acumuladas até a data da demonstração contábil.

(*) As vendas a prazo não são trazidas a valor presente na data da demonstração contábil pelo grau de complexidade e trabalho envolvido em comparação com o benefício da informação, pelo prazo curto das operações (um a três meses em geral), pela baixa ou não incidência de juros e também pelo baixo impacto na qualidade da informação apresentada, portanto, não prejudicando a tomada de decisão.

Classificação: Os ativos são classificados como Circulantes quando: a) espera-se realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; b) o ativo está sendo mantido para venda; c) espera-se realizar, vender ou consumir o ativo durante o período de doze meses após a data das demonstrações contábeis ou; d) o ativo é caixa ou equivalentes de caixa;

Os demais ativos são classificados como Não Circulantes.

NOTA 04.1.2 – PASSIVOS

Passivos – são obrigações presentes da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos econômicos.

Principais políticas contábeis de reconhecimento, mensuração e classificação de passivos:

Reconhecimento: A empresa reconhece um passivo no seu balanço patrimonial quando existe uma obrigação no final do período contábil corrente como resultado de evento passado, quando é provável que a empresa transfira recursos para liquidação dessa obrigação e quando o valor de liquidação puder ser mensurado com confiabilidade.

Mensuração: Os passivos são mensurados pelo custo histórico, que representa a quantidade de recursos obtidos em caixa ou equivalentes de caixa ou o valor justo dos ativos não monetários recebidos em troca da obrigação na ocasião em que a obrigação foi incorrida.

a) Mensuração de empréstimos e financiamentos (se aplicável): a empresa mensura empréstimos e financiamentos inicialmente pelo custo histórico no momento de sua aquisição e em seguida passa a mensurar pelo custo amortizado (custo histórico acrescido de encargos e deduzido das amortizações ocorridas até a data da demonstração contábil).
b) Mensuração de arrendamentos a pagar (se aplicável): a empresa reconhece os arrendamentos a pagar pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, calculados por meio da utilização da taxa de juros implícita do arrendamento. Na impossibilidade de determinar a taxa de juros incremental, considera-se a taxa de financiamento oferecida pelo arrendatário.
c) Mensuração de fornecedores a pagar (se aplicável): a empresa mensura as compras de fornecedores pelo custo histórico que representa o valor justo dos ativos não monetários recebidos em troca da obrigação.*

(*) As compras a prazo não são trazidas a valor presente na data da demonstração contábil pelo grau de complexidade e trabalho envolvido em comparação com o benefício da informação, pelo prazo curto das operações (um a três meses em geral), pela baixa ou não incidência de juros e também pelo baixo impacto na qualidade da informação apresentada, portanto, não prejudicando a tomada de decisão.

Classificação: Os passivos são classificados como Circulantes quando: a) espera-se liquidar o passivo dentro de doze meses após a data das demonstrações contábeis; b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; c) o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; d) a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

Todos os demais passivos são apresentados como Não Circulantes.

NOTA 04.1.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

NOTA 04.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A demonstração de resultado do exercício é a relação entre receitas e despesas da entidade durante o exercício. Receitas são aumentos de benefícios econômicos, sob a forma de entradas, aumentos de ativos ou diminuições de passivos e que não são transações de aportes dos proprietários da entidade. Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos, que resultam em decréscimos no patrimônio líquido e que não são distribuições aos proprietários da empresa.

A demonstração de resultado do exercício é elaborada sob o regime de competência, reconhecendo receitas, custos e despesas no momento em que satisfazem as definições e critérios de reconhecimento e não no seu efetivo recebimento ou pagamento. A estrutura da demonstração de resultado do exercício é dedutiva e apresenta as seguintes contas:

a) Receita bruta;
b) (-) Deduções da receita;
c) (=) Receita operacional líquida;
d) (-) Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
e) (=) Lucro bruto;
f) (-) Despesas operacionais com vendas, adm. e outras despesas e receitas operacionais;
g) (+/-) Resultado da equivalência patrimonial;
h) (=) Resultado operacional antes do resultado financeiro;
i) (+/-) Despesas e receitas financeiras;
j) (=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
k) (+/-) Despesa com tributos sobre o lucro diferido e corrente;
l) (=) Resultado líquido das operações continuadas;
m) (+/-) Resultado líquido das operações descontinuadas;
n) (=) Resultado líquido do período.

Em observância ao disposto no item 3.19 do CPC PME, não é apresentada a demonstração do resultado abrangente por não possuir nenhum item de outro resultado abrangente no período para o qual as demonstrações contábeis foram elaboradas.

NOTA 04.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta o resultado do exercício, outros resultados abrangentes, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período, os valores investidos pelos sócios, os dividendos e outras distribuições aos sócios e a constituição ou reversão de reservas.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia também, para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo inicial e o saldo final na data de apresentação das demonstrações para cada evento que modificou cada componente do patrimônio líquido.

NOTA 04.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento de três meses ou menos), de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A demonstração dos fluxos de caixa evidencia separadamente as mudanças no caixa e disponibilidades financeiras decorrentes das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.

a) Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade e geralmente derivam de transações e eventos que entram na apuração do resultado como: recebimento de vendas, compras de estoques, pagamento a fornecedores, tributos, salários, encargos trabalhistas e etc;
b) Atividades de investimento: aquisição ou alienação de ativos de longo prazo como: ativos imobilizados, aplicações financeiras e investimentos em outras entidades;
c) Atividades de financiamento: transações que resultam na alteração do tamanho e composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da entidade como: distribuição de lucros, captação ou pagamento de dívidas e aportes de capital.

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, onde se exclui do lucro do exercício, o efeito de itens que não afetam o caixa, como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas por variação cambial ou na venda de imobilizado e, consideram-se então, os efeitos de mudanças ocorridas nas contas operacionais a receber e a pagar para apuração do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

NOTA 05 – CAPITAL SOCIAL

O Capital social totalmente integralizado é de 177.596.720.

Acionistas	Nº de ações	%
LUIS ANTÔNIO CAMBIAGHI MAGNANI	45.003.008	25,34
MARIA CECILIA MAGNANI FANTINATO	42.623.212	24,00
MARIA DA GLÓRIA CAMBIAGHI MAGNANI	42.623.212	24,00
CARLOS AUGUSTO MAGNANI FANTINATO	2.362.037	1,33
FÁBIO ANDRÉ MAGNANI FANTINATO	2.362.037	1,33
FERNANDO LUIZ MAGNANI	21.311.607	12,00
MARIA LÍGIA MAGNANI LACAZE	21.311.607	12,00
TOTAIS	177.596.720	100,00

_____

A MAGNANI S A AGRICULTURA E PECUARIA
Fábio André Magnani Fantinato
CPF: 191.700.408-77
Empresário(a)

_____

JULIANA FERRAZ FRANHANI
CRC: 1-SP-261553/O-7
CPF: 224.709.258-60
Contadora